

Plataforma de Direitos das Mulheres apoia denunciante de Boaventura que vão a tribunal

Organização frisa que quebra gradual do “pacto de silêncio” em torno do assédio enfrenta obstáculos legais. Quatro investigadoras em tribunal sexta-feira por “protecção da honra” do sociólogo.

Joana Amaral Cardoso

13 de Novembro de 2024, 10:22



Um protesto anti-assédio no ensino em Coimbra PAULO NOVAIS/LUSA

Na sexta-feira, o pedido de tutela de personalidade (<https://www.publico.pt/2024/10/02/sociedade/noticia/ces-boaventura-sousa-santos-move-accao-proteccao-honra-acusadoras-2106278>) do sociólogo Boaventura de Sousa Santos para “protecção do seu bom-nome e honra” na sequência das acusações de

assédio sexual e moral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra vai a julgamento. As visadas são as quatro mulheres que deram o nome (<https://www.publico.pt/2024/03/20/sociedade/noticia/colectivo-vitimas-ces-exige-saida-boaventura-processos-sena-martins-maria-paula-meneses-2084332>) como vítimas dos seus alegados actos, algumas das quais investigadoras no activo no CES, que obtiveram já o apoio público do Colectivo de Vítimas constituído em torno do caso, mas também, esta quarta-feira, da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e das 31 organizações que a integram. “Solidariedade”, diz a plataforma, com “as sobreviventes” e contra o “segredo muito público” do assédio sexual.

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) posicionou-se em comunicado esta quarta-feira detalhando que reúne “as suas 31 organizações-membros” num sublinhado de “que o assédio sexual é um fenómeno estrutural, fruto de uma desigualdade histórica entre mulheres e homens”, “transversal” no espaço público e classes profissionais.

Citando as denúncias (https://www.publico.pt/2024/11/12/culturaipsilon/noticia/cerca-80-denuncias-assedio-jazz-portugues-recebidas-dias-2111434?ref=metoo&cx=page_content) de abuso sexual no jazz português (<https://www.publico.pt/2024/11/09/culturaipsilon/noticia/caixa-pandora-assedio-jazz-portugues-aberta-acusacao-violacao-2111163>) que na última semana têm vindo a público, bem como aquelas que se focam nas mulheres peregrinas que fazem o Caminho de Santiago, casos noticiados esta semana pelo diário britânico *The Guardian* (<https://www.theguardian.com/world/2024/nov/11/women-pilgrimage-camino-de-santiago-sexual-harassment>), a PpDM recua até ao reacender do movimento #MeToo (/MeToo) em 2017 para recordar como “o aumento dos processos por difamação na sequência das denúncias de violência sexual é uma realidade crescente”. Isso só sublinha “um enorme risco para quem denuncia”, diz a organização, que põe a letras em negrito que “o silêncio é uma forma de cumplicidade”.

“A naturalização do assédio sexual e a tolerância social para com a violência contra as mulheres torna o assédio um ‘segredo muito público’: a esmagadora maioria das situações não é denunciada, ainda que muitas sejam amplamente conhecidas”, lê-se na nota, que regista que nos últimos anos tem existido “uma progressiva quebra deste ‘pacto de silêncio’ social em vários domínios na sociedade portuguesa”.

“Estamos solidárias com estas quatro mulheres que em breve estarão em julgamento. Estamos solidárias com todas as mulheres do Colectivo e com todas as sobreviventes. Estamos solidárias com todas as mulheres que foram e têm sido alvo de assédio sexual, e

que por isso viram a sua liberdade cooptada por estruturas de opressão. Por uma academia e sociedade livres de assédio sexual. Por uma sociedade livre de sexismo”, escreve a organização feminista.

A PpDM foi fundada pela Associação de Mulheres Contra a Violência, pelo Graal e pela Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, tendo como membros organizações como a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, a Inspiring Girls Portugal, a Associação Contra o Femicídio, bem como associações para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (a AMUCIP), de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora em Portugal (a AMCDP), de Mulheres na Arquitectura ou de Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal, entre outras. Internacionalmente, detém Estatuto Consultivo Especial junto do Conselho Económico e Social da ONU e é membro do Conselho Internacional das Mulheres (ICW - International Council of Women), entre outras actividades.

A posição da plataforma recupera aquilo que já tem sido abordado quando se tornaram públicas denúncias e queixas neste âmbito: a defesa, por parte de quem é acusado, com ferramentas legais como a acusação por difamação (algo que, por exemplo, paira sobre a DJ Liliana Cunha desde que, nas redes sociais, acendeu o rastilho do que seria a eclosão de dezenas de queixas contra o pianista João Pedro Coelho, que nega as acusações de que é alvo) ou, neste caso, com o uso de *“lawfare”*, ou *“guerra jurídica”* (<https://www.publico.pt/2024/10/02/sociedade/noticia/ces-boaventura-sousa-santos-move-accao-proteccao-honra-acusadoras-2106278>) sobre as acusadoras de Boaventura de Sousa Santos.

É algo que o Colectivo de Vítimas argumenta estar em causa neste julgamento, em que se tentará uma conciliação, algo obrigatório nos pedido de tutela de personalidade e se avaliará o mérito da acção interposta pelo professor catedrático já jubilado. O julgamento, que esteve agendado para 25 de Outubro mas foi adiado para dia 15 deste mês, é sumário.

Campanha e padrões de assédio

Conceituado sociólogo e um dos fundadores do CES, Boaventura de Sousa Santos nega ter cometido qualquer tipo de abuso e diz-se alvo de uma campanha mediática, criada em conluio com as queixosas. Que não são apenas as 13 mulheres que em Março se identificaram como algumas das denunciantes e pediram a saída efectiva do investigador do CES, onde o visado retomou, entretanto, por sua iniciativa o cargo de director emérito. A tomada de posição pública das investigadoras surgiu depois das conclusões (<https://www.publico.pt/2024/03/13/sociedade/noticia/hierarquia-ces-propiciou-assedio->

[abuso-conclui-comissao-independente-2083512](https://www.publico.pt/2024/03/13/sociedade/noticia/quarto-denuncias-ces-sao-cariz-sexual-2083603)), também em Março, da comissão independente criada no CES que identificaram “padrões de conduta de abuso de poder e assédio por parte de algumas pessoas que exerciam posições superiores na hierarquia do CES” e que a hierarquia do centro de investigação “propiciou” assédio (<https://www.publico.pt/2024/03/13/sociedade/noticia/quarto-denuncias-ces-sao-cariz-sexual-2083603>) e abuso de poder.

O relatório não nomeava nem os visados pelas acusações nem os queixosos. A actual direcção do CES emitiu um pedido de desculpas (<https://www.publico.pt/2024/03/13/sociedade/noticia/assedio-actual-direccao-ces-pede-desculpa-vitimas-2083561>), o Colectivo de Vítimas exigiu que fosse submetida “à assembleia geral do CES a retirada de Boaventura de Sousa Santos [director emérito suspenso do centro] do quadro de investigadores do CES” e que fossem encetados “processos disciplinares contra [os investigadores] Bruno Sena Martins e Maria Paula Meneses”.

Estes dois últimos nomes surgem, a par do de Boaventura de Sousa Santos, publicamente por iniciativa dos próprios, depois de se terem sentido visados por um artigo científico, *The walls spoke when no one else would* (“As paredes falaram quando mais ninguém o fez”), integrado na publicação *Sexual Misconduct in Academia* (“Má Conduta Sexual na Academia”), da editora britânica Routledge. Neste, publicado no fim de Março de 2023 (<https://www.publico.pt/2023/04/12/sociedade/noticia/brilhante-infelizmente-novas-denuncias-boaventura-sousa-santos-2045876>), três investigadoras que passaram pelo CES (Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya) identificavam três figuras que terão perpetrado actos de assédio sexual e moral e extractivismo intelectual num centro de investigação, sem nomearem qualquer dos visados nem o centro.

À comissão independente que avaliou a situação no CES foram denunciadas 14 pessoas e houve 32 denunciantes, dos quais 13 as signatárias da carta. Quatro delas, Teresa Cunha, Sara Araújo, Élida Laurie e Eva Garcia-Chueca, residentes em Portugal e investigadoras no activo, vão a tribunal na sexta-feira para serem confrontadas com uma acção que visa a protecção do direito ao nome, imagem e confidencialidade de correspondência, entre outros elementos, e que pode ser intentada “independentemente da responsabilidade civil a que haja lugar”.

Os advogados de Boaventura de Sousa Santos prometeram uma acção idêntica que vise as denunciantes que não moram em Portugal. Entretanto, decorre no CES uma investigação interna em que o sociólogo já foi ouvido, e no Ministério Público (<https://www.publico.pt/2024/04/19/sociedade/noticia/ministerio-publico-abre->

[inquerito-denuncias-abusos-centro-estudos-sociais-2087669](#)) está em curso um inquérito às acusações de assédio no CES. Boaventura de Sousa Santos esteve em Julho no Ministério Público para ser constituído arguido e, segundo os seus advogados, “ter acesso a um processo justo”. O livro *Sexual Misconduct in Academia* viu a sua publicação suspensa e saiu do mercado após “uma série de ameaças legais (<https://www.publico.pt/2023/09/25/sociedade/noticia/editora-livro-denunciou-assedio-sexual-ces-coimbra-alvo-ameacas-legais-2064520>) de várias das partes” visadas pelo artigo *The walls spoke when no one else would*.



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- ✕ X
- 📷 Instagram
- in LinkedIn
- ▶ Youtube
- 📡 RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
- Jogos
- Newsletters exclusivas
- Estante P
- Opinião
- Assinar

Informação legal

- Principais fluxos financeiros
- Estrutura accionista
- Regulamento de Comunicação de Infracções
- Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

Gerir cookies

Ajuda

Termos e condições

Política de privacidade

EMAIL MARKETING POR



